

DOSSIÊ VG

Edição 08/06/2026 | Segunda-feira

Briefing Estratégico para Assinantes

CENÁRIO ESTRATÉGICO

Na abertura desta segunda-feira, o mundo acorda com o Oriente Médio mais próximo de uma nova escalada do que em qualquer momento desde o armistício de abril. No 101º dia da guerra EUA-Israel contra o Irã, a troca direta de mísseis entre Teerã e Tel Aviv, a primeira desde o cessar-fogo, fez o petróleo Brent saltar para US\$ 97 por barril e recolocou o Estreito de Ormuz no centro das preocupações energéticas globais. Trump pressionou por contenção, mas Netanyahu convocou seu gabinete de segurança e agiu antes de receber resposta de Washington, revelando a tensão crescente entre os dois aliados e a fragilidade de qualquer acordo diplomático em curso.

Enquanto isso, o Brasil enfrenta sua própria crise de posicionamento estratégico. A ex-subsecretária de Defesa dos EUA Jana Nelson declarou publicamente que as ações de Washington contra Brasília – tarifas de 25%, classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas e a aproximação com a família Bolsonaro – não são uma coincidência, mas um sinal político coordenado de apoio ao campo oposicionista às vésperas das eleições de outubro. O governo Lula trabalha com o prazo de 15 de julho para fechar um acordo tarifário, enquanto o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) aciona pela primeira vez o Plano Emergencial de Gestão de Excedentes de Energia, sinal de que a transição energética brasileira avança mais rápido do que a capacidade de governança do sistema.

CONFLITO IRÃ-ISRAEL

Dia 101: Cessar-fogo à beira do colapso – Irã e Israel trocam ataques diretos pela primeira vez desde abril

Israel atingiu a petroquímica de Mahshahr, no sudoeste do Irã, afirmando que o complexo era utilizado na produção e exportação de matérias-primas para o programa de mísseis iraniano. Em resposta, o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) lançou cerca de 30 mísseis balísticos contra as bases aéreas israelenses de Nevatim e Tel Nof. Explosões foram reportadas em Teerã, Isfahan e Tabriz. Os Houthis do Iêmen anunciaram bloqueio à navegação israelense no Mar Vermelho e dispararam dois mísseis adicionais contra Israel. O Irã declarou encerramento da “*primeira onda*” de ataques, mas condicionou a paz ao fim das ações israelenses no Líbano – onde Israel havia atacado os subúrbios de Beirute no domingo, o que Teerã classificou como violação do cessar-fogo. Trump publicou no *Truth Social* pedindo que ambos os lados “*parem de atirar*”, mas Netanyahu convocou o gabinete de segurança e ignorou o pedido inicial. O Brent superou US\$ 97/barril durante a escalada.

Para o Brasil: O Brasil importa aproximadamente 10% do seu petróleo do Oriente

Médio, mas o impacto mais relevante é indireto: a alta do Brent pressiona os preços dos combustíveis domésticos e aumenta o custo logístico global, afetando as exportações brasileiras. Mais estrategicamente, qualquer fechamento efetivo do Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% do petróleo mundial, elevaria o preço do barril para patamares que tornariam o pré-sal brasileiro ainda mais valioso, mas também aumentariam a pressão americana sobre os ativos energéticos nacionais. A Petrobras e o governo federal precisam monitorar de perto o cenário de médio prazo.

TECNOLOGIA MILITAR E DEFESA

França tem recrutas de sobra, mas falta equipamento: o dilema invertido da OTAN europeia

O general Patrick Justel, vice-chefe do Estado-Maior do Exército Francês, revelou que a França enfrenta o problema oposto ao de Alemanha e Polônia: enquanto esses países têm orçamento e equipamento, mas dificuldade para recrutar, a França teve que desacelerar o recrutamento por restrições orçamentárias, recusando o equivalente a um regimento em 2025. Ao mesmo tempo, o Exército francês apresenta “*lacunas muito significativas*” em fogos de longa distância, defesa antiaérea, operações contra drones e guerra eletrônica. Justel atribuiu o alto engajamento ao perfil demográfico da França (maior coorte jovem da Europa Ocidental) e à confiança histórica nas Forças Armadas (84% de aprovação). A França descartou substituir permanentemente tropas americanas na Europa Oriental, optando por exercícios regulares na Finlândia para familiarizar seus soldados com o terreno.

Para o Brasil: O contraste europeu é uma lição direta para o Brasil: ter pessoal qualificado sem equipamento adequado é tão limitante quanto o inverso. O Exército Brasileiro enfrenta desafios semelhantes em fogos de longa distância e guerra eletrônica, áreas em que a França admite deficiências mesmo com décadas de investimento. A lição central é que a modernização das Forças Armadas exige planejamento de longo prazo e não pode ser subordinada a ciclos eleitorais ou restrições orçamentárias de curto prazo.

China acelera porta-aviões enquanto Japão amplia poder de ataque

Especialistas militares chineses, incluindo ex-oficiais da Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN), pressionam Pequim a acelerar as atualizações de seus grupos de ataque de porta-aviões para contrabalançar o crescente poder de fogo japonês. Tóquio vem implantando mísseis antinavio de longo alcance e reforçando posições nas ilhas próximas a Taiwan. Em dezembro, um exercício simulado de ataque de saturação japonês usou o porta-aviões *Liaoning* como alvo hipotético, com 12 caças F-2 carregando 64 mísseis ASM-2. Analistas apontam que a principal lacuna dos grupos de ataque chineses é o número limitado de caças furtivos embarcados. A tensão foi agravada pelo anúncio de Japão e Filipinas de iniciar negociações formais sobre delimitação de fronteiras marítimas, o que Pequim interpretou como envolvendo águas próximas a Taiwan.

Para o Brasil: A corrida naval no Indo-Pacífico tem implicações diretas para o Brasil

em dois eixos. Primeiro, qualquer conflito na região interromperia rotas comerciais críticas para as exportações brasileiras de *commodities* para a China e o Japão, os dois maiores parceiros comerciais do país. Segundo, a disputa tecnológica em torno de caças furtivos embarcados e mísseis de longo alcance recoloca a questão da autonomia tecnológica na defesa: o Brasil precisa definir com clareza quais capacidades estratégicas pretende desenvolver internamente e quais aceita depender de fornecedores externos.

CONFLITOS REGIONAIS E SEGURANÇA MARÍTIMA

Taiwan expulsa navios chineses de águas restritas

A Guarda Costeira de Taiwan reportou que sete de seus navios expulsaram quatro embarcações chinesas, incluindo três navios da Guarda Costeira da China, que haviam penetrado nas águas restritas a 30 milhas náuticas a sudoeste da ilha. A operação chinesa foi descrita por Pequim como uma “*missão especial de fiscalização de tráfego marítimo*” em resposta ao anúncio de Japão e Filipinas de iniciar negociações de delimitação de fronteiras marítimas. Taiwan reportou aumento nas incursões da Guarda Costeira chinesa nas últimas duas semanas, incluindo operações próximas às Ilhas Pratas. O secretário do Conselho de Segurança Nacional de Taiwan, Joseph Wu, classificou a China como “*um grande valentão gordo*”. Em paralelo, os Houthis anunciaram bloqueio à navegação israelense no Mar Vermelho, ampliando as zonas de instabilidade marítima global.

Para o Brasil: O Brasil é o maior exportador de minério de ferro para a China e um dos maiores exportadores de soja do mundo, ambos dependentes de rotas marítimas que passam pelo Indo-Pacífico. Uma escalada no Estreito de Taiwan ou no Mar do Sul da China aumentaria os custos de frete e os prêmios de seguro marítimo, impactando diretamente a competitividade das exportações brasileiras. Além disso, a combinação de tensão no Ormuz (Irã-Israel) e no Estreito de Taiwan representa um cenário de dupla pressão sobre as rotas comerciais globais que o Brasil não pode ignorar em seu planejamento estratégico.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Armênia vota sob pressão de Moscou: eleição decide entre Europa e Rússia

Os armênios foram às urnas no domingo (7) em eleição que pode definir o futuro geopolítico do país: continuar a aproximação com o Ocidente liderada pelo primeiro-ministro Nikol Pashinyan ou retornar à órbita russa. Moscou intensificou a pressão econômica nas semanas anteriores ao pleito, proibindo exportações armênias de flores, água mineral, conhaque, vinhos e frutas, produtos que representam uma parcela significativa da receita do país. Putin chegou a pedir um referendo sobre a permanência da Armênia na União Econômica Euroasiática. A Comissão Europeia respondeu com €50 milhões em apoio a Yerevan. Pesquisas mostravam o partido de Pashinyan com cerca de 32% das intenções de voto, com 40% dos eleitores desconfiando de qualquer figura política. O principal rival é o bilionário Samvel

Karapetyan, que fez fortuna na Rússia e conduz a campanha sob prisão domiciliar.

Para o Brasil: O caso armênio é um laboratório geopolítico relevante para o Brasil: ilustra como potências usam instrumentos econômicos – sanções, restrições comerciais, pressão tarifária – como armas políticas para influenciar eleições em países menores. A analogia com a situação brasileira atual é direta: assim como Moscou usa o gás e o comércio para pressionar Yerevan, Washington usa tarifas e classificações de organizações terroristas para sinalizar preferências políticas em Brasília. O Brasil precisa de uma estratégia de diversificação de parcerias que reduza sua vulnerabilidade a esse tipo de pressão.

BRASIL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Não é coincidência”: ex-subsecretária de Defesa dos EUA diz que Trump age contra o Brasil para apoiar Bolsonaro

Jana Nelson, ex-subsecretária de Defesa dos EUA para o Hemisfério Ocidental no governo Biden e hoje professora em Cornell, afirmou à *Folha de S.Paulo* que as ações recentes de Washington contra o Brasil – a ameaça de tarifas de 25% via Seção 301, a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas e a aproximação com a família Bolsonaro – “*não podem ser vistas como coincidência*”. Nelson avalia que representam um sinal político de apoio ao campo bolsonarista, embora de forma indireta. O governo brasileiro trabalha com o prazo de 15 de julho para fechar um acordo tarifário, argumentando que a tarifa média brasileira sobre importações americanas é de apenas 2,7% e que os EUA têm superávit comercial com o Brasil. Brasília descartou incluir o Pix e as terras raras em qualquer negociação. Um possível encontro entre Lula e Trump no G7, na França (15-17 de junho), ainda não foi confirmado.

Para o Brasil: A análise de Nelson é estrategicamente relevante porque vem de dentro do aparato de defesa americano: ela não está especulando, mas descrevendo um padrão que reconhece de dentro. Para o Brasil, o risco não é apenas econômico – as tarifas de 25% afetariam exportações de aço, alumínio e produtos manufaturados. O risco maior é político: a interferência americana nas eleições de outubro, ainda que indireta, representa uma ameaça à soberania democrática brasileira. A resposta do governo precisa ser firme no plano diplomático e hábil no comercial, evitando tanto a capitulação quanto o confronto desnecessário.

ENERGIA

ONS aciona pela primeira vez plano emergencial de corte de geração solar

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) acionou no domingo (7) pela primeira vez o Plano Emergencial de Gestão de Excedentes de Energia na Rede de Distribuição, aprovado pela Aneel em novembro de 2025. A medida foi necessária porque a geração solar distribuída (painéis em telhados residenciais) atingiu patamares que superaram o consumo durante o feriado de baixa demanda, criando risco de colapso momentâneo

do sistema, situação semelhante à do Dia dos Pais de 2025, quando a geração solar chegou a 40% da demanda nacional. Doze distribuidoras, incluindo CPFL Paulista, Cemig, Copel e Neoenergia, realizaram cortes. A Abradee cobrou do ONS maior transparência nos critérios de corte, alertando para insegurança jurídica no setor.

Para o Brasil: O episódio revela uma contradição estrutural: o Brasil avança rapidamente na geração solar distribuída, o que é positivo para a descarbonização e para a soberania energética, mas o sistema de transmissão e a governança operacional não acompanham esse ritmo. Cortar geração solar em dias de baixa demanda é um sinal de alarme: significa que o país está desperdiçando energia renovável por falta de infraestrutura de armazenamento (baterias em escala) e de mecanismos de gestão de demanda. Com o Estreito de Ormuz bloqueado e o petróleo a US\$ 97/barril, o Brasil tem uma janela estratégica para acelerar essa transição, mas precisa resolver o gargalo de governança antes que ele se torne um obstáculo estrutural.

QUESTÃO EM ABERTO

O Ormuz brasileiro: por que o Brasil precisa de uma estratégia energética soberana antes que o Estreito feche de vez

No 101º dia da guerra Irã-Israel, o Estreito de Ormuz permanece bloqueado. Cerca de 20% do petróleo mundial, e uma parcela ainda maior do GNL global, passam por aquele corredor de 33 quilômetros de largura entre o Irã e Omã. O Brent está a US\$ 97/barril. Cada nova troca de mísseis entre Teerã e Tel Aviv empurra esse número para cima. E o Brasil assiste a esse cenário de uma posição que é, ao mesmo tempo, privilegiada e vulnerável.

Privilegiada porque o Brasil tem o que o mundo precisa: a segunda maior reserva de terras raras do planeta, uma das maiores reservas de petróleo *offshore* do hemisfério sul (o pré-sal), uma matriz elétrica com mais de 80% de fontes renováveis e uma capacidade instalada de energia solar que cresce a taxas de dois dígitos ao ano. Vulnerável porque nenhum desses ativos está protegido por uma doutrina estratégica coerente.

O episódio do ONS é sintomático. Na mesma semana em que o petróleo disparou por causa de uma guerra a 10 mil quilômetros de distância, o Brasil precisou cortar geração solar porque o sistema não consegue absorver o excedente. Isso não é um problema técnico menor, é a manifestação de uma contradição estratégica profunda: o país investe em geração renovável sem investir proporcionalmente em armazenamento, transmissão inteligente e mecanismos de gestão de demanda. O resultado é uma matriz que desperdiça energia limpa enquanto ainda depende de combustíveis fósseis nos picos de consumo.

Ao mesmo tempo, o governo Lula negocia com Washington sob pressão tarifária, e a questão das terras raras está explicitamente na mesa. O ministro da Fazenda Dario Durigan foi claro: “*o Brasil não quer ser apenas exportador de matéria-prima*”. Isso é ótimo, mas querer não é suficiente. É necessário ter uma estratégia industrial que

transforme as reservas de terras raras em capacidade produtiva doméstica – em baterias, em motores elétricos, em componentes de defesa – antes que a pressão americana force uma concessão prematura.

A lição do Ormuz é esta: um país que depende de um único corredor logístico para sua segurança energética é um país vulnerável. O Brasil tem a oportunidade histórica de construir uma soberania energética real, baseada em renováveis domésticas, armazenamento próprio e processamento industrial de seus minerais estratégicos. Mas essa janela não ficará aberta indefinidamente. Com o Brent a US\$ 97 e subindo, o custo de não agir aumenta a cada dia.

Dossiê VG – Briefing Estratégico para Assinantes

© Velho General | velhogeneral.com.br